

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A região de Leiria é conhecida, há muitos anos, pelos problemas ambientais decorrentes das descargas ilegais de efluentes das suiniculturas nas linhas de água, nomeadamente, as que ocorrem na ribeira dos Milagres.

Os sucessivos Governos têm procurado junto da Recilis - Tratamento e Valorização de Efluentes S.A, empresa detida na sua quase totalidade por suinicultores, encontrar um solução para o tratamento dos efluentes, no entanto, todas as diligências tomadas, protocolos assinados e compromissos assumidos expiraram sem que nenhum processo se tenha concluído.

Em 2013 o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território assinou com a Recilis -Tratamento e Valorização de Efluentes S.A. um protocolo de colaboração que visava:

“ a) Avaliação, concepção, construção e exploração do sistema de tratamentos dos efluentes de suinicultura da Região do Lis;

b) Definição e implementação de um modelo de gestão de curto prazo e de uma solução técnica provisória de mitigação dos impactes ambientais da carga poluente das explorações suinícolas na bacia do Lis, que operem até à conclusão do sistema final de tratamento daqueles efluentes.

“

A construção da Estação de Tratamentos de Efluentes Suinícola (ETES) é uma obra essencial para a resolução dos problemas ambientais na bacia hidrográfica do Lis resultantes dos efluentes pecuários na região.

O projeto de “Conceção, Construção e Exploração da ETES na região do Lis” da responsabilidade da Valoragudo Unipessoal Lda, detida a 100% pela Recilis contou com uma candidatura PRODER e a aprovação de fundos europeus a fundo perdido no valor de 9,16 milhões de euros.

Com os prazos ultrapassados e sem que a construção da ETES se tenha iniciado, mais uma vez, fica adiada a despoluição da bacia hidrográfica do Lis, comprometida a qualidade ecológica e química que a Diretiva- Quadro da Lei da Água preconiza, o bem-estar das populações e o desenvolvimento sustentado da região.

Face aos graves prejuízos ambientais, sociais e económicos que os efluentes suinícolas continuam a infligir à região importa conhecer de forma detalhada como se chegou a esta

situação, em que ponto se encontra o licenciamento das explorações agro pecuárias e o destino dos efluentes.

Assim e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista requerem, através de V.Exa, ao Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural os seguintes documentos:

1. O protocolo de colaboração no âmbito do tratamento dos efluentes suinícolas produzidos na bacia do Lis, assinado em 2013;
2. A candidatura ao PRODER e a autorização de financiamento;
3. O cronograma das ações previstas no protocolo e se as entidades responsáveis as cumpriram ou não;
4. Os documentos relativos às diligências efetuadas para o cumprimento do protocolo referido entre o Ministério da Agricultura, PRODER, SIMLIS e a Recilis/Valoragudo, nomeadamente, as atas de reuniões, os estudos e propostas apresentadas, protocolos assinados e demais informação relevante para o cabal conhecimento da situação.
5. Listagem com os volumes de efluentes entregues para tratamento na ETAR Norte;
6. Listagem com os volumes dos efluentes não são entregues na ETAR Norte e o respetivo destino;
7. Listagem de todas as suiniculturas da região de Leiria discriminando as que ao abrigo do regime jurídico que regula o exercício e o licenciamento da actividade pecuária (REAP) estão já licenciadas, as que foram indeferidas, as que estão em processo de apreciação e as que não solicitaram licenciamento;
8. A listagem de explorações suinícolas que têm processo próprios de tratamento dos efluentes.

Palácio de São Bento, terça-feira, 2 de Maio de 2017

Deputado(a)s

ODETE JOÃO(PS)

ANTÓNIO SALES(PS)

JOSÉ MIGUEL MEDEIROS(PS)